

Os discursos conservador e neoliberal na fala de Bolsonaro

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v51i2.3250>

Mait Paredes Antunes¹

Resumo

A primeira resposta de Jair Bolsonaro no programa *Roda Viva*, de 30 de julho de 2018, revela as matrizes ideológicas conservadora e neoliberal, cuja análise é feita neste trabalho a partir dos conceitos de discurso e ideologia, como desenvolvidos pelo Círculo de Bakhtin. Na fala, os posicionamentos sócioideológicos relacionam-se com o contexto de produção dessas ideologias. Tal contexto refere-se à expansão neoliberal em países de centro e periferia. A hipótese que se levanta é a de que tais matrizes não são contraditórias entre si, mas necessárias uma à outra. Então, é traçado um breve percurso do neoliberalismo; conclui-se que tanto o discurso conservador quanto o neoliberal, presentes na fala de Bolsonaro, possuem uma lógica interna e um programa, consonantes ao contexto e articuladores de sentidos sociais, como o recrudescimento da violência e o fim da possibilidade de conciliação entre Estado, trabalho e capital.

Palavras-chave: Jair Bolsonaro; neoliberalismo; análise sociológica do discurso.

¹ Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil; mait.pa@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-0049-5360>

Conservative and neoliberal discourses in Bolsonaro's speech

Abstract

Jair Bolsonaro's first response on the *Roda Viva*, on July 30, 2018, reveals conservative and neoliberal ideological matrices, which are analyzed in this work using the concepts of discourse and ideology, as developed by the Bakhtin Circle. In this speech, it is possible to verify the socio-ideological positions therein and their relations to the contexts of production of these ideologies. This context refers to the neoliberal expansion in central and peripheral countries. The hypothesis that arises is that these matrices are not contradictory but necessary to each other. Then, a brief course of neoliberalism is traced; it is concluded that both the conservative and the neoliberal discourse, present in Bolsonaro's speech, have an internal logic and a program, in line with the context and articulators of social meanings, such as the upsurge of violence and the end of the possibility of conciliation between the State, labor, and capital.

Keywords: Jair Bolsonaro; neoliberalism; sociological discourse analysis.

Introdução

Em 2018, Jair Bolsonaro foi eleito à presidência da república do Brasil pelo Partido Social Liberal. Com uma campanha marcada por ampla cobertura de suas falas muitas vezes identificadas pela mídia como polêmicas, o candidato participou de apenas dois dos 14 debates tradicionais promovidos pelos canais de televisão aberta brasileira, mantendo a internet e as redes sociais como principais veículos de campanha política. Com tão pouca aparição em meios tradicionais da disputa eleitoral, e dispondo de oito segundos no primeiro horário gratuito de propaganda eleitoral, as falas públicas de Jair Bolsonaro daquele período são episódicas e fragmentárias; espontâneas, mas editadas para que componham vídeos curtos e "memes" de fácil circulação e compartilhamento *on-line*. Nesse sentido, a entrevista cedida ao programa Roda Viva foi um dos únicos momentos em que ele falou mais organizadamente e por mais tempo, motivo pelo qual a entrevista em questão foi escolhida como *corpus* de análise.

Jair Bolsonaro angariou, em 2018, votos de grupos conservadores, neoliberais, ruralistas, antipetistas, lavajatistas, evangélicos, entre outros, e formou uma coalizão de direita. É comum, por conta disso, que se identifiquem os discursos de alguns desses grupos como contraditórios entre si, como é o caso dos neoliberais e dos conservadores, ambos representados na fala do então candidato à presidência. Então, quando se analisa as falas de Jair Bolsonaro enquanto objeto de estudo, é necessário que sejam consideradas as múltiplas determinações que produzem um fenômeno multifacetado. Por isso, é preciso encontrar um fio condutor que amarre determinações histórico-sociais – mas que não se limite a elas, o que pode resultar em uma abordagem mecanicista –, as determinações

subjetivas e sociais – mas que também não se limite a essas, o que resultaria em uma avaliação psicológica de consciência individual e das determinações sociais –, e uma abordagem discursiva – mas sem se limitar a uma análise linguística, imanente.

A filosofia da linguagem e o método sociológico, como desenvolvidos pelo Círculo de Bakhtin, compõem uma metodologia pertinente à aproximação de um objeto que reflete condições materiais de produções ideológicas e as refrata de modo a servir a interesses canalizados em uma figura cuja determinação é social, histórica, política e ideológica. Por isso, pretende-se investigar a articulação histórica entre as ideologias conservadora e neoliberal no enunciado de Jair Bolsonaro, no Roda Viva, identificar e expor essa relação.

A hipótese que se levanta é a de que o enunciado em questão materializa signos ideológicos verbais que refletem e refratam as ideologias neoliberal e conservadora, as quais, apesar da aparente contradição inicial, são necessárias uma à outra. Essa hipótese se apoia na concepção de que os enunciados são elos na cadeia discursiva e, portanto, não são elementos atomísticos e isolados, mas estão em relação. A metodologia refere-se a entender toda e qualquer criação ideológica como fato social, posicionado entre indivíduos sociais – o que permite a abordagem da linguagem enquanto objetiva, material, sócio e, conseqüentemente, ideológica, coletivamente organizada e concreta. Por isso, neste trabalho, partiremos da materialidade do enunciado, transcrito na próxima seção; depois, faremos um panorama histórico do neoliberalismo; em seguida, veremos como essa norma econômica foi adotada no Brasil e, por fim, como ela se articula com o discurso conservador de Jair Bolsonaro.

O objeto

Jair Bolsonaro nasceu em 1955, é um militar da reserva e deputado federal, e cumpria, à época da entrevista ao Roda Viva, que foi ao ar em 30 de julho de 2018², seu sétimo mandato. Ganhou notoriedade, desde sua época como militar, por declarações públicas contrárias aos Direitos Humanos, bem como apologia à violência, legitimação da ditadura militar, além de discursos polêmicos em relação a grupos sociais historicamente oprimidos e marginalizados na sociedade brasileira, atacando outros discursos em circulação sobre

2 A entrevista está disponível, na íntegra, no *link* https://www.youtube.com/watch?v=YWDOV0Nk_eU. Acesso em: 06 jun. 2020.

os direitos desses grupos³; desde 2014, essa notoriedade foi acentuada tanto pela mídia nacional quanto pela internacional.

Na campanha eleitoral de 2018, o então candidato à presidência pelo PSL participou da série *Presidenciáveis*, organizadas pelo tradicional programa de entrevistas *Roda Viva*, da TV Cultura, para a qual foram convidados os pré-candidatos à presidência⁴ do Brasil, em um dos poucos momentos em que ele falou organizadamente antes das eleições. A seguir, foi transcrita⁵ a primeira pergunta do programa, a qual sintetiza alguns elementos que aparecem ao longo de toda a entrevista:

RL⁶: BOa noite deputado... muito obrigado por ter aceito o nosso convite... a primeira pergunta que eu costumo fazer a todos: pré-candidatos e agora o senhor é candidato estivera aqui... é:: saber se/ qual a obra e qual a realização que o senhor gostaria de ser lembrado na história... se eleito... como uma marca sua... ligado ao seu nome

3 Vale lembrar alguns exemplos dessas declarações que circulavam na mídia em 2018: “Morreram poucos. A PM [polícia militar] tinha que ter matado mil” sobre o massacre do Carandiru em declaração pública (1992); “Realmente, a cavalaria brasileira foi muito incompetente. Competente, sim, foi a cavalaria norte-americana, que dizimou seus índios no passado e, hoje em dia, não tem esse problema em seu país” em discurso na Câmara (1998); “Pau-de-arara funciona. Sou favorável à tortura, tu sabe disso. E o povo também” em entrevista à TV Bandeirantes (1999); “Seria incapaz de amar um filho homossexual. Não vou dar uma de hipócrita aqui. Prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí” em entrevista à revista *Playboy* (2011); “Não empregaria [homens e mulheres] com o mesmo salário. Mas tem muita mulher que é competente” em entrevista à RedeTV (2016); “Somos uma país cristão. Não existe essa historinha de Estado laico, não. O Estado é cristão. Vamos fazer o Brasil para as majorias. As minorias têm que se curvar às majorias. As minorias se adequam ou simplesmente desaparecem” em comício na Paraíba (2017). Fontes: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/relembre-frases-polemicas-de-jair-bolsonaro.shtml>, <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>, <https://jornaldebrasil.com.br/politica-e-poder/cada-vez-mais-humano-fedorentos-e-massa-de-manobra-as-declaracoes-de-bolsonaro-sobre-indios/>. Acesso em: 06 jun. 2020.

4 A partir do mês de maio de 2018, houve a participação de Guilherme Boulos, do PSOL; Manuela D’Ávila, do PCdoB; Geraldo Alckmin, do PSDB; Ciro Gomes, do PDT; João Amoêdo, do Partido Novo; Jair Bolsonaro, do PSL; e Guilherme Afif, do PSD. A edição que entrevistou Jair Bolsonaro foi a mais assistida entre elas, com alcance de cerca de nove milhões de pessoas, segundo o *site* da TV Cultura, <https://tvcultura.com.br/programas/rodaviva/>. Acesso em: 05 jul. 2019.

5 A transcrição do trecho da entrevista foi feita de acordo com as normas NURC: *Análise de textos orais* (PRETI, 1993) e *Comunicação da fala e na escrita* (PRETI; LEITE, 2013).

6 Ricardo Lessa, mediador.

JB⁷: o redirecionamento do Brasil no tocante a sua política... nós cansamos da esquerda... queremos um Brasil liberal... que faça comércio com o mundo todo sem o viés... ideológico... que respeite a família... bem como as crianças em sala de aula... que jogue pesado na questão da segurança pública pra você exatamente... proporcionar paz... a todos... que você realmente implemente políticas que tirem realmente o Brasil dessa situação que se encontra... valorize o homem do campo... jogue pesado contra o MST... e: que... tenha e se aprofunde no comércio em especial com países melhores do que nós... e esse é o nosso sonho é a nossa vontade... é nessa batalha inicialmente...

À primeira vista, Bolsonaro parece mobilizar ideias contraditórias, por reproduzir elementos dos discursos neoliberal e conservador, como acontece ao longo de toda a entrevista. Nessa resposta transcrita, ele defende um Brasil liberal e o comércio “sem o viés ideológico” e também se posiciona a favor da família e do fortalecimento das forças armadas em relação à segurança pública em “jogar pesado”. O trecho “respeite as crianças em sala de aula” parece fazer referência a um dos assuntos mais comuns da campanha de 2018, sobre um material de educação sexual supostamente distribuído nas escolas de ensino básico⁸, que reforça a interpretação de que essa fala promove o acirramento do conflito com grupos que buscam igualdade de direitos civis, como o LGBTQIA+ e as mulheres.

O discurso neoliberal, no entanto, circula em enunciados sobre liberdades individuais, individualismo e empoderamento por meio do empreendedorismo; mesmo entre os que se autodenominam neoliberais há a discussão se a conciliação dessa política econômica ao conservadorismo de costumes não configuraria uma contradição⁹. Os argumentos nesse sentido preconizam que uma sociedade dominada pelo mercado resultaria em total liberdade individual nas escolhas particulares de cada um, como religião, estilo de vida, direito ao empreendedorismo, e mesmo nos assuntos familiares, como opção sexual e de gênero, os quais ficariam a cargo de cada indivíduo sem que houvesse interferência do Estado, das religiões ou de outros indivíduos.

7 Jair Bolsonaro.

8 Em agosto de 2018, Bolsonaro participou do Jornal Nacional, da Globo, quando levou um livro intitulado *Aparelho sexual e cia.*, da Companhia das Letras, e afirmou que a obra estava sendo distribuída nas escolas de ensino básico pelo MEC. A informação foi desmentida pelo Ministério, mas deu continuidade ao assunto do “kit gay” – apelido que ele mesmo deu ao livro –, uma das campanhas de Bolsonaro que o levaram à notoriedade midiática em 2014. Em 2018, a autoria do “kit” foi dada, nas redes sociais, a Fernando Haddad, candidato à presidência pelo PT, com os acréscimos de que ele legalizaria a pedofilia, se fosse eleito à presidência, e de que escreveu um livro defendendo o incesto. Essas últimas *fake news* estão listadas em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/actualidad/1539847547_146583.html. Acesso em: 14 jan. 2021.

9 A título de curiosidade, ver: <https://www.institutomillennium.org.br/nao-existe-liberal-conservador/>. Acesso em: 06 jun. 2021.

Já o discurso do conservadorismo de costumes procura defender o contrário, no sentido de que há valores a serem seguidos e formas de difundi-los, seja através das igrejas, das famílias, do Estado ou da educação: há, portanto, a defesa de algumas instituições sociais desde que atreladas a determinadas tradições, como a cristã e a patriarcal. No Brasil, os discursos conservadores ganharam uma nova visibilidade a partir das manifestações de 2013, momento em que a defesa aberta da ditadura militar ganha espaços midiáticos e públicos, associando-se ao conservadorismo de costumes, o que passou a ser chamado de nova direita, antidemocrática e autoritária.

Levando-se em consideração esses elementos, o enunciado de Bolsonaro usa signos ideológicos como “liberal” e “família” dentro de um enunciado vivo, ou seja, elaborado por um sujeito historicamente ancorado e socialmente organizado. Isso significa, para a filosofia da linguagem como desenvolvida pelo Círculo de Bakhtin, que os enunciados não são totalmente inéditos, pois “cada enunciado isolado é um elo na cadeia da comunicação discursiva [...], reflete o processo do discurso, os enunciados do outro, e antes de tudo os elos precedentes da cadeia” (BAKHTIN, 2016, p. 60). Além disso, cabe investigar as matrizes ideológicas desses signos, de modo que o enunciado seja entendido, justamente, como um elo da cadeia discursiva e reflita, bem como refrate, as condições materiais de produção ideológica. Então, os signos ideológicos mobilizados por Bolsonaro são reveladores dessas ênfases e dos interesses materialmente determinados e determinantes de seu discurso.

Assim, para que possamos pensar essa questão, devemos partir da materialidade linguística do enunciado, o qual corresponde a signos ideológicos, para que sua relação com outros enunciados de sujeitos historicamente situados possa construir um sentido social. Isso vale dizer que o signo “liberal” retoma uma trajetória ideológica, e enquanto tal, é um elo de uma cadeia socialmente construída.

A retórica neoliberal

O neoliberalismo tem um marco histórico em 1947, quando Friedrich Hayek convocou uma reunião com economistas e políticos concordantes com ele para fundar a Sociedade de Mont Pèlerin – nome de uma cidade na Suíça que abriga o SPA onde ocorreu a reunião –, composta por Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbina e Ludwig von Mises, entre outros. A sociedade defendia o desenvolvimento pleno do capitalismo a partir de quatro preceitos fundamentais: 1) prioridade do mecanismo de preços; 2) livre iniciativa; 3) sistema de competição e de concorrência; e 4) Estado forte. Os três primeiros preceitos são anti-estatistas, mas o quarto gera disputa entre as correntes dos próprios neoliberais, e mesmo Hayek se questiona sobre qual papel o Estado deve assumir em uma sociedade cuja economia seja liberal.

De qualquer forma, o propósito dessa doutrina econômica era resgatar o liberalismo para o combate ao keynesianismo e ao solidarismo em qualquer medida colocados pela social-democracia, a qual, para os autores neoliberais, configurava uma servidão moderna, em que a liberdade era comprometida pela falta de concorrência individual. De seu surgimento enquanto teoria, permanece inócuo e com pouca fundamentação científica, em um esforço de descolamento do paradigma da ciência econômica pelo “individualismo racionalista” de Hayek, mantendo-se como uma receita idealista malograda:

O neoliberalismo é, em primeiro lugar, normativo: o mercado deve dominar tudo e o Estado deve ficar reduzido ao papel de preservar as instituições que permitam o funcionamento do primeiro. Em decorrência disso, ele é essencialmente prescritivo, arrolando as medidas que devem ser tomadas para que seja construído (ou reconstruído) esse mundo ideal, completamente organizado pelo mercado. (PAULANI, 2004, p. 5-6).

A normatividade neoliberal não encontra espaço na Europa pós-2ª Guerra, momento em que o fordismo aparecia como oportunidade de controle para que não houvesse outra crise como a de 1929: com produção e consumo em massa, esse arranjo durou de 1945 a 1973 e selou um pacto entre capital, trabalho e Estado. Os chamados “30 anos gloriosos”, temerosos da (ainda) alternativa soviética, foram o período do arranjo fordista¹⁰, o qual resultou, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, em crescimento nacional, redução da desigualdade por meio de salário mínimo e seguridade social, fortalecimento dos sindicatos e plena intervenção estatal nesse pacto que, ao fim e ao cabo, constituiu uma das formas de regulamentação da relação entre trabalho e capital na história do capitalismo; e que, enquanto tal, extrapola os limites da fábrica e do trabalho, passando por manifestações culturais, artísticas e chegando à própria noção de tempo e espaço compartilhada em sociedade. Esse arranjo, ou regime de acumulação, e consequente contemto da prescrição neoliberal, assim permanece até 1973:

Recorrer à noção de “regime de acumulação” significa reconhecer que, na segunda metade do século XX, no contexto de diferentes tipos de relações políticas entre

10 David Harvey se refere a esse período como “liberalismo embutido”. Essa noção mostra que mesmo o keynesianismo é também liberal em alguns aspectos, mas contido; e aponta que uma das questões da prática neoliberal não é a intervenção do Estado em si na economia, mas como e, sobretudo, para quem ela deve ser feita. Seguindo esse raciocínio, vale dizer que a intervenção estatal é necessária ao gerenciamento da crise, mas à burguesia fica a proteção, como no caso da crise de 2008, quando o governo dos Estados Unidos resgatou os bancos com quase três trilhões de dólares; aos trabalhadores, a violência e a repressão – as estimativas são de que nesse período cerca de nove milhões de americanos perderam seus empregos e dez milhões suas casas – que ocorreram contra os protestos não só nos Estados Unidos, mas lembramos aqui da violenta polícia grega na época. A não interferência estatal, então, em realidade é a pouca regulamentação da proteção social.

o capital e o trabalho, as burguesias dedicaram-se a buscar diferentes maneiras de estabilizar o movimento de produção e de valorização do capital e, portanto, de assentar sua dominação. Assim, de 1950 a 1975, elas conseguiram assimilar as importantes concessões feitas aos assalariados e a suas organizações, para fazer delas um dos elementos construtivos da reprodução ampliada do capital. (CHESNAIS, 2003, p. 47).

Na década de 1970, uma somatória da crise inflacionária, estagnação, crise do petróleo e inovações tecnológicas começaram a resultar em flexibilização dos direitos trabalhistas, desemprego estrutural e *racketeering*, ou mafialização das relações de trabalho; o setor terciário de serviços explodiu, enquanto o secundário decresceu e as indústrias foram realocadas na periferia. As empresas ficaram mais enxutas e flexíveis graças às novas tecnologias, especialmente de comunicação, e a gestão da produção avança no modelo *just in time*. Todas essas transformações, especialmente a acentuação do desemprego e da inflação, causaram uma série de organizações sociais de esquerda em países europeus e latino-americanos, constituindo uma ameaça às elites econômicas.

As taxas de lucro estavam diminuindo pela crise de sobre-acumulação e a burguesia viu no Chile a possibilidade de tentar essa nova prescrição, até então guardada, mas que agora parecia ser a resposta para a restauração de classe a retomada de acumulação de capital. Em 11 de setembro de 1973, Augusto Pinochet, em aliança com os militares, os Chicago Boys e a CIA, depuseram o governo socialista de Salvador Allende.

A base neoliberal

O golpe no Chile foi organizado pelas elites chilenas, ameaçadas pelo governo socialista recém-eleito, por corporações estadunidenses e Henry Kissinger, então secretário de Estado, e contou com os Chicago Boys, formuladores das políticas econômicas adotadas por Pinochet, e por ele inseridos no governo. Eles eram chilenos que tinham sido levados aos Estados Unidos e ex-alunos de Milton Friedman, em Chicago, como parte de um programa dos Estados Unidos que, desde 1950, financiava estudos e treinamento de economistas, objetivando formar oposição aos movimentos de esquerda latino-americanos. As principais medidas econômicas adotadas no Chile pós-golpe foram:

Reverteram as nacionalizações e privatizaram os ativos públicos, liberaram os recursos naturais (pesca, extração de madeira etc.) à exploração privada e não regulada (em muitos casos reprimindo brutalmente as reivindicações das populações indígenas), privatizaram a seguridade social e facilitaram os investimentos estrangeiros diretos e o comércio mais livre. O direito de companhias estrangeiras repatriarem lucros de suas operações chilenas foi garantido. O crescimento liderado pelas exportações passou a prevalecer sobre a substituição de importações. O único setor reservado ao Estado foi o recurso-chave, o cobre [...]. (HARVEY, 2008, p. 18).

Essas medidas adotadas na década de 1970 no Chile recuperaram a economia chilena e as taxas de acumulação capitalista pelo menos o suficiente para se tornarem um plano a ser adotado: “uma experiência brutal realizada na periferia transformou-se em modelo para a formulação de políticas no centro” (HARVEY, 2008, p. 19), especialmente por Ronald Reagan nos Estados Unidos e Margaret Thatcher no Reino Unido. Não por acaso, em 1974, Friedrich Hayek ganhou o Nobel de Economia e, em 1978, depois de ter visitado o Chile, disse ao jornal *The Times*¹¹ que ali não teria encontrado nenhuma pessoa que não concordasse que a liberdade individual era maior sob Pinochet do que Allende.

A teoria neoliberal ganhou sinal verde e, nos Estados Unidos, os efeitos foram desde o financiamento de centenas de livros e artigos que a defendiam, passando pela dissolução de sindicatos associada à desindustrialização, ao congelamento dos salários e cortes nos empregos públicos, piora na qualidade de vida urbana, marginalização da população mais pobre e consequente explosão do uso de *crack* na década de 1980 em Nova York. Também houve os efeitos de as empresas estadunidenses concentrarem metade do PIB, a formação de multinacionais diversificadas que, graças às novas tecnologias, concentram suas operações na financeirização e não mais na produção, e conglomerados multimilionários, cujos poucos donos redistribuíram a renda de baixo para cima.

Por onde passou, desde o México, Coreia, Suíça, chegando ao Japão, apenas para citar alguns exemplos, essas práticas levaram à mercadificação de tudo o que pôde, desde seguridades sociais à cultura, propriedade intelectual, até da própria vida, como animais e sementes; à especulação financeira, negociação de títulos, dívidas e especulação financeira¹² e às perdas ambientais, com degradação do ar, da água, queimadas e destruições florestais. Em muitos lugares, a perda dos direitos civis não raramente levou a proliferações de formas alternativas de organização social, como gangues, cartéis, chefiamento de favelas, igrejas, ou qualquer outra que tomasse o espaço do que antes estaria a cargo do Estado. Em suma, a espoliação estava dada e as taxas de lucro reestabelecidas aos padrões que só as guerras mundiais tinham antes possibilitado.

11 Hayek escreveu uma carta ao jornal *The Times* na qual afirma, também, que sob o “governo de Salazar” as liberdades individuais estavam mais salvaguardadas do que em qualquer democracia da Europa oriental ou africana. A carta pode ser consultada em: <https://www.margaretthatcher.org/document/117136>. Acesso em: 25 jan. 2021.

12 Como há falta dessas seguridades fornecidas de forma pública, nos Estados Unidos, não raramente essas especulações levam à perda de pensão e aposentadoria – aplicados em fundos de investimento de empresas privadas – devido a essas transações que não necessariamente têm a ver com “confiança do mercado”. Um exemplo é a empresa texana de distribuição de energia Enron, que conseguiu, graças a essas movimentações financeiras e compra de dividendos, chegar a um prejuízo de 628 milhões de dólares em 2001. Todos os 21.000 trabalhadores foram demitidos e perderam seus fundos de pensão. Nesses casos, com a demissão em massa e perda de salário, os trabalhadores perderam também seus imóveis e quaisquer outros bens que tivessem de garantia.

E o Brasil?

No Brasil, a chegada da agenda neoliberal é diversa do que a prescrita na Europa, devido às idiossincrasias do país que não permitiam que ela fosse implementada sem graves consequências – não sem antes haver a estabilização da moeda, como foi feito pelo Plano Real. Então, embora o neoliberalismo tenha sido mundializado, em cada país houve uma implementação diferente, inclusive de maneiras que evidenciam problemas e questionam práticas já próprias dos diferentes espaços. Essas diferenças referem-se também à relação centro-periferia e às formulações ideológicas próprias de cada lugar. Segundo a economista Leda Paulani (2019), o Brasil passa, desde 1990, pela quinta fase histórica de inserção do Brasil no processo de acumulação mundial¹³, em consonância com os governos liberais dessa década, e torna-se dependente de aplicações estrangeiras, o que mantém sua moeda permanentemente desvalorizada, e sua economia à mercê dos credores e em busca de tornar-se atrativa aos investimentos internacionais.

Essa situação agrava ainda mais os efeitos de medidas econômicas adotadas pelos países centrais às quais ficam sujeitos os países periféricos, como é o caso do Brasil com a desindustrialização. As privatizações são outro exemplo dessa sujeição: cria-se, onde antes havia sistemas de produção e distribuição pelo Estado, valorização e mercado destinado à compra por capitais estrangeiros, especialmente na década de 1980; outro exemplo são as medidas de austeridade, tais como as reformas da previdência e trabalhista, capitalizando o que antes era regime de repartição.

Os 15 anos sob o governo do PT não trouxeram nenhuma mudança nesse cenário neoliberalizante, pelo contrário, houve movimentos no sentido de maior abertura econômica e algumas reformas, como a do salário dos funcionários públicos, já sob o mantra neoliberal. Em contrapartida, o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), o aumento do salário mínimo e a queda nos números indicadores da população em situação de pobreza e de miséria comportam programas sociais que amenizam a nova política econômica.

A crise de 2008, e o conseqüente enfraquecimento das economias americana e chinesa, no entanto, trouxeram tardiamente as consequências da adoção, por Dilma Rousseff, da

13 Segundo Leda Paulani (2019), as outras quatro fases são: 1) período colonial, em que o Brasil era fonte de espoliação de matérias-primas, como metais preciosos, com o baixo custo do trabalho escravizado, e como reserva patrimonial; 2) até o início do século XX, o país passa a ser produtor de bens primários, os quais possuem baixo valor agregado, e passa a contribuir com a acumulação dos países centrais; 3) depois da crise econômica de 1929, ele passa por um período de desenvolvimento de algumas indústrias nacionais; o que atrai multinacionais estrangeiras e o país passa a deslocar seu capital para o centro por meio de seu mercado interno; 4) a partir da década de 1970, o Brasil é fonte de financeirização por meio de empréstimos, especialmente com a dívida externa, na chamada crise das dívidas dos países latino-americanos.

“agenda Fiesp”, apostando em investimentos privados que não vieram, apesar de já ter diminuído investimentos públicos, desonerado folhas de pagamento e cedido isenções fiscais; agravada a crise, o impedimento da presidenta abriu espaço para o governo Temer que prontamente adotou um “programa liberal puro”: congelou o investimento público e aprovou, entre outras, a reforma trabalhista e a lei de terceirização – medidas que afetaram a renda da classe trabalhadora, fazendo com que, entre 2016 e 2017, o Brasil voltasse a ser o nono país do mundo com maior desigualdade.

Hoje a economia brasileira, na escala da divisão internacional do trabalho, se resume à produção de produtos agrícolas, como soja, carne e celulose, de minério e petróleo, e ao pagamento de rendas “à propriedade do capital, sobretudo do capital financeiro” (PAULANI, 2019, p. 55), ou seja, a remuneração de qualquer bem ou serviço estrangeiro, mesmo que imaterial, que explora os trabalhadores brasileiros:

O crescimento, se retornar de modo mais significativo (mas as perspectivas a curto prazo são nulas), se dará nesses marcos: economia primitiva e extrativa; ausência de preocupação com a necessária ancoragem tecnológica; destruição de nossa pouca soberania; empregos precários e de baixo valor; crescimento da desigualdade funcional, de renda, regional; crescimento da pobreza e da miséria. (PAULANI, 2019, p. 55).

Assim que assumiu a presidência em 2016, Michel Temer começou o que Ricardo Antunes (2020, p. 291) chamou de “contrarrevolução neoliberal” ou “contrarrevolução preventiva”:

Iniciou-se, então, uma nova fase da contrarrevolução preventiva, agora de tipo ultraneoliberal e em fase ainda mais agressiva. Sua principal finalidade: privatizar tudo o que ainda resta de empresa estatal; preservar os grandes interesses dominantes e impor a demolição completa dos direitos do trabalho no Brasil. Foi emblemática a tentativa feita por Temer, visando abrandar (na verdade eliminar) as restrições que proibiam o trabalho escravo no Brasil, em fins de 2017, medida profundamente antissocial que foi suspensa, dada a repulsa generalizada que encontrou.

No mesmo ano da posse de Temer, sua popularidade era uma das menores da história dos presidentes do país, acompanhada da desmoralização do PT – Dilma havia sido impedida e Lula seria preso em seguida – e o outro partido que disputou todas as eleições presidenciais em segundo turno, desde o fim da ditadura militar, o PSDB, também passou por um processo de derrocada: na época, circulou a notícia de que Aécio Neves teria recebido 60 milhões de reais em propina da JBS, segundo a própria multinacional, o que deixou o caminho à eleição presidencial de 2018 aberto para Geraldo Alckmin, então governador do estado de São Paulo. Segundo Ricardo Antunes, é nesse vácuo político que a extrema-direita encontra espaço para se reorganizar e apoiar uma nova figura: Jair Bolsonaro.

Da contradição à necessidade: o lastro do signo ideológico

Em todos os países em que houve mudanças neoliberais, nenhum alcançou crescimento econômico ou melhora na qualidade de vida. Em realidade, em muitos deles chegou-se perto de uma catástrofe social. A dissolução das seguridades do Estado, a mercadificação de quase todos os aspectos da vida e a redução dos trabalhadores a “descartáveis”, atomizados, ficam salvaguardadas por um discurso de extrema responsabilização individual por meio do microempreendedorismo, segundo o qual cada um deve criar as condições para a formação de si: sua própria educação, saúde e seguridades, sob constante ameaça de fracasso “autoinfringido”. Nesse sentido,

A anarquia do mercado, da competição e do individualismo sem peias (esperanças, desejos, ansiedades e temores individuais; escolhas de estilo de vida e de hábitos e orientações sexuais; formas de autoexpressão e comportamentos com relação aos outros) gera uma situação cada vez mais ingovernável. Ela pode até levar a uma ruptura de todos os vínculos sociais de solidariedade e a uma condição que beira a anarquia social e o niilismo. Diante disso, algum grau de coerção parece necessário à restauração da ordem. (HARVEY, 2008, p. 93).

A coerção necessária à ordem é tanto o agravamento de discursos conservadores em várias partes do mundo, os quais encontram na família e na igreja, por exemplo, formas ainda possíveis de solidariedade social, quanto a demarcação de inimigos, seja pelo fortalecimento de discursos nativistas, seja pelo reforço do discurso policialesco, punitivista e até mesmo genocida, como forma de adentramento da violência e do conflito necessários e intrínsecos ao capitalismo. Nenhuma dessas ideologias é nova nem foi inventada pelo neoliberalismo, elas já estavam presentes nos diferentes lugares e agora são radicalizados: na Europa, em que o discurso nativista já faz parte da direita, o inimigo a ser combatido foi mais facilmente associado ao que se chama de “crise migratória”; nos Estados Unidos, entre 2014 e 2016, o número de organizações de supremacistas brancos cresceu 17%, chegando a 917 no total. No entanto, esse tipo de comparação entre diferentes países precisa ser cuidadoso, e a tendência geral não pode subsumir as especificidades ideológicas.

Sobre essa questão, dois aspectos a respeito da ideologia, conforme desenvolvida por Volóchinov, devem ser levados em consideração: por um lado, ela não pode ser transposta de uma base material à outra, porque corre-se o risco de se explicar a ideologia por ela mesma; por outro, ela deve considerar as condições materiais de sua produção sem se tornar mecanicista nem causal:

[...] o estabelecimento da ligação entre a base e um fenômeno isolado, que foi retirado de seu contexto ideológico integral e unificado, não possui nenhum valor cognitivo. Primeiro, a importância de uma mudança ideológica ser definida no

contexto da ideologia correspondente, considerando que qualquer área ideológica é uma totalidade que reage com toda a sua composição à alteração da base. (VOLÓCHINOV, 2018, p. 104, grifo do autor).

É claro que não se pode negar a influência dessas ideologias estrangeiras no contexto brasileiro, mas a condição de produção de determinadas ideologias é fundamental para que se entenda que elas partem de práticas sociais e os discursos que mobilizam também influenciam essa mesma condição. Em outras palavras, a análise dialógica do discurso traz uma questão metodológica fundamental: investigar as ideologias políticas desancoradas de suas condições de produção – que, por sua vez, determinam o sentido social da expressão dessas ideologias políticas – pode levar à explicação da ideologia pela ideologia. Sobre isso, Volóchinov (2018, p. 104) acrescenta:

Quando a especificidade do material ideológico sógnico é ignorada, ocorre uma simplificação do fenômeno ideológico: nele, passa a ser levado em conta e é explicado apenas o aspecto racional do conteúdo [...] e esse aspecto está correlacionado com a base [...]. Ou, ao contrário, destaca-se apenas o aspecto externo, técnico, do fenômeno ideológico.

Nesse sentido, a comparação entre as manifestações do conservadorismo em diferentes países tem que ser cuidadosa com paralelos simplistas, mas se identifica uma generalidade de que a junção entre conservadorismo e neoliberalismo de modo algum é estranha à história do neoliberalismo. Tal aliança iniciou-se nos anos 1970, nos Estados Unidos, sob o governo de Reagan, quando o modelo de família fordista estava em plena falência, somado aos movimentos de contracultura de 1960. Porém, se em Reagan essa aliança foi tática, entre uma base eleitoral conservadora e uma elite em busca de novos espaços e mercados, em Bush ela foi o núcleo do programa conservador dos republicanos, e hoje passa a ser uma necessidade:

Os neoconservadores americanos são favoráveis ao poder corporativo, à iniciativa privada e à restauração de poder de classe. O neoconservadorismo é, portanto, perfeitamente compatível com o programa neoliberal de governança pela elite, desconfiança da democracia e manutenção das liberdades de mercado. Mas ele se afasta dos princípios do puro neoliberalismo, tendo remoldado práticas neoliberais em dois aspectos fundamentais: em primeiro lugar, na preocupação com a ordem como resposta ao caos de interesses individuais e, em segundo, na preocupação com uma moralidade inflexível com o cimento social necessário à manutenção da segurança do corpo político *vis-à-vis* de perigos externos e internos. Em sua preocupação com a ordem, o neoconservadorismo se assemelha a uma mera retirada do véu de autoritarismo com que o neoliberalismo se cobre. (HARVEY, 2008, p. 92).

O principal aspecto dessa passagem de David Harvey é a sinalização de que o conservadorismo não se opõe à restauração de poder da classe burguesa providenciado pela agenda neoliberal. Isto posto, essa ideologia ainda promove um reforço ao acirramento dos conflitos tanto internos quanto externos. Harvey, ao se referir aos Estados Unidos, lembra do 11 de setembro, atentado que ocorreu sob o governo Bush, que promoveu a identificação do inimigo árabe muçulmano e a promoção da “paranoia política”, com a qual a militarização ganhou força dentro e fora do país. A militarização, por sua vez, apoia-se em valores nacionais, os quais revelam-se também imprescindíveis à agenda neoliberal:

[...] o Estado neoliberal precisa de alguma espécie de nacionalismo para sobreviver. Obrigado a operar como agente competitivo no mercado mundial e buscando estabelecer o clima mais favorável aos negócios possível, ele mobiliza o nacionalismo em seu esforço de sobrevivência. A competição produz vencedores e perdedores efêmeros na luta global por uma posição, e isso pode ser em si uma fonte de orgulho nacional ou de busca da essência nacional. (HARVEY, 2008, p. 95).

Então, além de não contraditórios, o neoliberalismo e o conservadorismo representam uma junção necessária a essa nova ofensiva do capital sobre o trabalho que busca promover a restauração do poder de classe. Nesse sentido, tanto as ideologias neoliberais quanto conservadoras são compreendidas pelas suas mediações super-estruturais sem que se deixe de levar em consideração o contexto específico em que elas circulam e a partir do qual se formam e dialeticamente influenciam. Esses fundamentos do método sociológico da linguagem procuram a base de um sistema ideológico e, igualmente, a efetividade de um discurso nas práticas sociais, ou, em termos mais amplos, nos sentidos sociais que produz.

Em outras palavras, o conservadorismo não é um encaixe categorial, nem a compreensão lógica dos fenômenos apenas por sua descrição, mas pelo duplo movimento de generalidade e especificidade, que fornece inteligibilidade histórica ao que se propõe revelar a partir de enunciados concretos. A esse movimento pode ser associada a seguinte passagem de Volóchinov (2018, p. 113): “A existência não é apenas refletida no signo, mas também é refratada nele. [...] Justamente aquilo que torna o signo ideológico vivo e mutável faz dele um meio que reflete e refrata a existência”.

Se no Brasil a entrada neoliberal causou também uma reação conservadora, as especificidades ideológicas são essenciais à resistência de sua efetividade. Pode-se explicar o chamado “bolsonarismo” pela questão religiosa messiânica, pelo punitivismo, pelo antipetismo ou pela somatória desses elementos. Mas é fato que o número de policiais e militares no legislativo aumentou em quatro vezes de 2014 a 2018; houve

um aumento de 91% no registro de armas de fogo em 2020, em comparação a 2019¹⁴; e a bancada evangélica articulou o que ficou conhecido como Bancada BBB (boi, bala e bíblia). Todos esses recrudescimentos respondem e estimulam a violência como parte da reação popular ao acirramento das tensões sociais causado pelo neoliberalismo, e canalizam essa reação para um lado específico da luta de classes. É essa tomada de lado que está presente na fala de Bolsonaro, sobre tornar o Brasil liberal, transcrita na primeira seção, que retomaremos a seguir.

O neoliberalismo de Jair Bolsonaro

Os elementos abordados por Jair Bolsonaro em sua primeira resposta evidenciam que o conservadorismo e o gerenciamento de uma guerra e da economia são pares no processo neoliberalizante. O primeiro elemento que chama a atenção sobre essa resposta é que ela é formulada com base em oposições: “esquerda” e “redirecionamento”; “homem do campo” e “MST”; “ideológico” e o subentendido “livre”. O “cansamos” sinaliza para uma situação que já dura algum tempo no país e a isso podem ser associados os governos de Lula e Dilma Rousseff e a crise econômica, política e moral em que se encontrava o Brasil em 2018, segundo o próprio Bolsonaro e os discursos de direita circulantes no país à época. Essas oposições já sinalizam para diferentes lados da “batalha” a que se refere Bolsonaro: “eles”, composto pela esquerda, não liberais, que não respeita a família nem as crianças na escola e o MST; em oposição a “nós”, composto pelos cansados, liberais, que fazem livre comércio, que respeitam a família e as crianças na escola, homem do campo e que jogam pesado na segurança pública e contra o MST.

“Jogar pesado” é um indicativo de conflito e de luta contra o MST em oposição à valorização do “homem do campo”, o qual se refere aos proprietários de terra, embora de uma maneira direcionada a um senso popular, em vez de “fazendeiro” ou “latifundiário”. O interessante dessa passagem é a oposição entre o indivíduo “homem” e o coletivo “MST”; em que uma questão estrutural é desviada ao indivíduo, cujas liberdades devem ser defendidas, mas com a cisão entre quais terão essa defesa¹⁵, indicadas pela instituição que Bolsonaro representa, e quais não. Tal cisão é reforçada pelo signo “batalha”, que adiciona mais uma caracterização do conflito social colocado e de que forma o Estado intervém nele. Em outras palavras, há uma distorção interessada materialmente que se relaciona com a problemática história da questão da terra no Brasil e da criminalização – senão oficial, por meio dos conflitos rurais – de movimentos sociais.

14 Os dados sobre policiais e militares na política foram retirados de: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/numero-de-policiais-e-militares-no-legislativo-e-quatro-vezes-maior-do-que-o-de-2014.ghtml>. Os dados sobre as armas de fogo, de: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55590649>. Acesso em: 26 jan. 2021.

15 Lembramos o desmonte das políticas ambientais promovido durante o governo Bolsonaro: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2020/11/do-inicio-ao-fim-o-meio-ambiente-no-governo-bolsonaro/>, Acesso em: 29 jan. 2021.

“Joga-se pesado” também na “segurança pública”, em mais uma referência ao acirramento das tensões sociais. Retoma-se a necessidade de se criar inimigos internamente à própria sociedade, seja para que haja maior disputa em termos de organização do trabalho – a substituição da classe trabalhadora pelo microempreendedor –, seja pela corrosão das instituições, que passa por e leva à violência. A expansão neoliberal, na impossibilidade de criar novas guerras como forma de desvio da crise do capitalismo, internaliza-as, em consonância com um discurso que promove a “paz” aos “nossos” e a intensificação do combate ou eliminação de tudo aquilo que se opuser aos valores morais conservadores.

Por fim, o comércio, seja em referência ao apelo não ideológico, seja com “países melhores do que nós” revela duplamente um nacionalismo subserviente, primeiro porque não procura por soberania com o estabelecimento de blocos, como o Mercosul, ao qual Bolsonaro se opõe durante a campanha¹⁶, e segundo porque reforça a posição de subserviência em relação à economia, ficando à mercê dos credores e em busca de tornar-se atrativa aos investimentos internacionais. Como é abordado em outro momento da entrevista, esses “países melhores” referem-se, mais especificamente, aos Estados Unidos, cujo presidente à época, Donald Trump, é elogiado por Bolsonaro em tentativas de comparar-se com ele. Referir-se aos Estados Unidos como um país melhor reforça a interpretação de que o objetivo é o de que o Brasil adote uma postura sub-imperialista em relação aos outros países latinos e subserviente em relação aos países melhores, e o oposto a isso é, segundo as palavras de Bolsonaro, ideológico.

Como vimos na implementação do neoliberalismo em vários lugares do mundo, essa retórica econômica não tem relação com a liberdade individual, a qual é apenas uma aparência, não em um sentido mítico, mas em um sentido de necessidade à transformação do capital, em que esses três elementos sustentam o esgarçamento social provocado pela prática neoliberalizante: a guerra a algum tipo de inimigo é marca distintiva dos processos de neoliberalização pelo mundo, bem como a necessidade de segurança e violência de Estado; a família, especialmente a mulher, encarregada do trabalho de reprodução da vida é um sustentáculo necessário para a política neoliberal de desmanche do Estado e de responsabilização individual dos riscos e custos da sociedade; e o ataque às organizações dos trabalhadores, representadas pelo MST na fala, mas que podem ser associadas também aos sindicatos, como forma de reforçar a extrema individualização competitiva e fechamento das perspectivas de solidariedade. Então, o que antes poderia ter sido algum tipo de seguridade coletiva, como aposentadoria, seguro-desemprego, trabalho formal, alimentação, educação, saúde ou qualquer outro direito fornecido pelo Estado, agora fica a cargo dos próprios indivíduos conseguirem por si próprios; ou, nas palavras de Margaret Thatcher, não existe sociedade, apenas homens, mulheres e famílias.

16 Essa informação foi retirada de: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/12/18/bolsonaro-mercossul/>. Acesso em: 25 ago. 2021.

Conclusão

Qualquer enunciado vivo, produzido por um sujeito social e historicamente organizado, é composto por signos ideológicos que revelam ênfases e visões de mundo, as quais podem ser investigadas a partir da materialidade verbal ou não verbal desses enunciados. As visões de mundo, por sua vez, correspondem a ideologias que se formaram historicamente e que se modificam assim como as condições materiais da vida; elas partem de um contexto específico em que elas circulam e a partir do qual se formam e dialeticamente influenciam. Nesse sentido, os signos ideológicos mobilizados por Bolsonaro são reveladores dessas ênfases e dos interesses materialmente determinados e determinantes de seu discurso.

O neoliberalismo, enquanto transformador das condições materiais da vida, possui uma retórica relativa à liberdade individual e desenvolvimento por meio da competitividade, mas sua história enquanto prática econômica já se inicia com uma das ditaduras mais violentas da América Latina, no Chile; a partir de então, sua junção com o conservadorismo é necessária à medida que este possibilita algum tipo de base social comum, no lugar de outras formas possíveis de solidariedade, como organização dos trabalhadores e direitos mínimos garantidos pelo Estado, que precisam ser relegados à família individualmente.

Pode-se concluir que, apesar da aparente contradição e do vazio programático de suas invectivas retóricas, o discurso de Bolsonaro possui, sim, uma lógica interna e um programa, expressão de uma confluência de forças reacionárias, que atende a uma necessidade histórica do capital no contexto da crise do regime de acumulação neoliberal. Sua retórica agressiva, sua tomada de posição na luta ideológica, na “batalha”, é funcional a um momento histórico em que a conciliação se tornou impossível. Expressa assim uma nova ofensiva do capital contra o trabalho em escala global, com a retomada de motivos tradicionais do neoliberalismo, uma espécie de “retorno às raízes”, somado a um nacionalismo subserviente.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2020.

BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. Notas da edição russa Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016.

CHESNAIS, F.; DUMÉNIL, G.; LÉVY, D.; WALLESTEIN, I. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003.

HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

PAULANI, L. M. Bolsonaro, o ultraliberalismo e a crise do capital. *Revista Margem Esquerda*, São Paulo: Editora Boitempo, n. 32, p. 48-56, 2019.

PAULANI, L. M. Neoliberalismo e retórica: o capítulo brasileiro. *Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia* [Proceedings of the 32nd Brazilian Economics Meeting] from ANPEC – Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia [Brazilian Association of Graduate Programs in Economics]. Belo Horizonte: ANPEC, 2004.

PRETI, D. (org.). *Análise de textos orais*. São Paulo: Humanitas, 1993.

PRETI, D.; LEITE, M. Q. (org.). *Comunicação da fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2013.

VOLÓCHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.